

A AGENDA NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO BRASIL: NOTAS SOBRE AS CONTRARREFORMAS EM CURSO

Tiago Soares Nogara

RESUMO

O trabalho a seguir visa contextualizar as atuais reformas em curso no Brasil no âmbito de uma agenda política e social mais ampla, marcada pelos ditâmes do “pensamento único” neoliberal. A hipótese do trabalho é de que as reformas tendem a maximizar a precarização do trabalho docente no país. Num primeiro momento, será apresentado o conceito de neoliberalismo e o contexto de sua ascensão. Em seguida, as reformas, ou contrarreformas, em curso no país serão descritas e analisadas. Por fim, será desenvolvido um balanço das implicações destas reformas para o cotidiano do trabalho docente no Brasil, conformando os elementos da conclusão do trabalho, fundamentado nos conceitos teóricos de Perry Anderson, acerca da ideologia e agenda neoliberal, e de Ricardo Antunes, acerca da precarização da atividade laboral no Brasil.

Palavras-chave: educação; reformas; neoliberalismo.

NEOLIBERALISM AND THE PRECARISATION OF TEACHING LABOUR IN BRAZIL: NOTES ABOUT COUNTER-REFORMS IN PROGRESS

ABSTRACT

The following work seeks to contextualize the current reforms under way in Brazil within the framework of a broader political and social agenda, marked by the dictates of the neoliberal "single thinking". The hypothesis of the work is that the reforms tend to increase the precariousness of the teaching work in the country. In the first moment, the concept of neoliberalism and the context of its ascent will be presented. Then the reforms, or counter-reforms, underway in the country will be described and analyzed. Finally, a balance will be developed about the implications of these reforms for the daily work of the teaching profession in Brazil, conforming the elements of the conclusion of the work, based on the theoretical concepts of Perry Anderson, about neoliberal ideology and agenda, and Ricardo Antunes, about the precariousness of labor activity in Brazil.

Keywords: education; reforms; neoliberalism.

Introdução

O trabalho a seguir visa contextualizar as atuais reformas em curso no Brasil no âmbito de uma agenda política e social mais ampla, marcada pelos ditâmes do “pensamento único” neoliberal. A hipótese do trabalho é de que as reformas tendem a maximizar a precarização do trabalho docente no país.

Num primeiro momento, será realizado um apanhado histórico acerca das origens teóricas e sociais do “neoliberalismo”, destacando o contexto no qual surgiu, enquanto ideologia, e no qual ascendeu à predominância das políticas públicas governamentais mundialmente. Em seguida, serão apresentadas as chamadas “contrarreformas” - afins com a agenda neoliberal - atualmente cogitadas, ou já implantadas, pelo atual governo brasileiro: dentre elas se inserem as reformas do Ensino Médio, da previdência, a reforma trabalhista e o Projeto Escola Sem Partido, que apesar de não ser uma proposição do governo federal tem ganhado força nas bancadas federais e estaduais, Brasil afora. O terceiro item do trabalho analisará o aprofundamento da precarização do trabalho docente na atual quadra histórica. Por fim, serão feitas considerações acerca das relações entre a agenda histórica do neoliberalismo, as reformas em curso no Brasil e suas eventuais decorrências para o cotidiano do profissional da educação no país.

O neoliberalismo: origens e variações

Para entendermos melhor o fenômeno que definimos como neoliberalismo é importante identificarmos sua origem. O neoliberalismo nasceu enquanto uma reação política e teórica ao estado intervencionista de bem-estar social, implantado na Europa ocidental e na América do Norte logo após a II Guerra Mundial, configurando-se enquanto uma superestrutura ideológica e política do capitalismo moderno (THERBORN, 1995, p.39).

Tendo enquanto principais arcabouços teóricos os estudos dos intelectuais da Sociedade de Mont Pelerin, fundada por Friedrich Hayek, autor da obra *O caminho da servidão*, de 1947, as doutrinas neoliberais apontavam o fortalecimento de sindicatos e organizações operárias enquanto elemento crucial para a estagnação do desenvolvimento econômico, considerando suas demandas salariais e de gastos sociais enquanto medidas extremamente danosas para a estabilidade da acumulação de capital. Contrariando as políticas econômicas hegemônicas na época, esta sociedade apresentava a desigualdade como um valor positivo e indispensável para as sociedades ocidentais, afirmando ainda que o novo igualitarismo deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência.

Com a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, fruto – dentre outros fatores – da revolução tecnológica e da crise do petróleo de 1973, os países capitalistas passaram a ter baixas taxas de desenvolvimento econômico, concomitantes às altas nas taxas de inflação, com uma longa e profunda recessão. A solução para a crise estaria na consolidação de um Estado capaz de desarticular os sindicatos através da criação de exércitos industriais de reserva, ou seja, uma massa de trabalhadores desempregados que contribuiria para desencorajar as organizações operárias em suas reivindicações, temerosas com possíveis demissões diante da escassez de emprego. Da mesma forma, o Estado deveria ser suficientemente forte no controle do dinheiro, tendo a estabilidade monetária enquanto sua meta suprema e condicionando os gastos sociais a ela.

Apesar de suas especificidades, o neoliberalismo possui muitas inspirações provenientes dos ideais do liberalismo clássico. Mas são as suas especificidades que lhe dão sentido, tendo em vista que refletem as adaptações necessárias às novas condições organizadoras do capital nos tempos contemporâneos (FIGUEIREDO, 2004). Seu caráter ideológico decorre da necessidade que teve não apenas de derrotar o chamado estado de bem-estar da Europa Ocidental, mas também as democracias populares e os estados socialistas do Leste Europeu, como bem expressado por Perry Anderson:

O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontestado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado. (ANDERSON, 1995, p.12)

A onda de governos neoliberais foi inaugurada com a ditadura de Augusto Pinochet, no Chile, em 1973, com seu programa econômico elaborado pelos chamados “Chicago Boys”, oriundos da Universidade de Chicago (EUA), dentre os quais se destaca um dos principais teóricos do neoliberalismo: Milton Friedman. Os resultados chilenos, favoráveis à burguesia para a acumulação de capitais, desencadearam uma plena ascensão neoliberal, sacramentada com governos como os de Margareth Thatcher na Inglaterra, de Ronald Reagan nos EUA e de Kohl na Alemanha, ambos iniciados na transição entre as décadas de 1970 e 1980. Em cada região, a política neoliberal

caracterizou-se por certas características que as distinguiam entre si, apesar da unidade no caráter político e ideológico das medidas.

A Inglaterra de Thatcher elevou ao extremo a taxa de juros, baixou os impostos sobre os altos rendimentos financeiros, criou um enorme exército industrial de reserva, implantou uma rígida legislação sindical, contraiu a emissão monetária e, dentre outras medidas mais, lançou um extenso programa de privatizações. No resto do continente europeu os governos neoliberais foram mais reservados que na Inglaterra. Mantiveram o foco na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mas não enfrentaram fortemente os sindicatos. Os países no sul da Europa, que antes se caracterizavam por um maior conservadorismo político, elegeram, pela primeira vez, governos de esquerda: os chamados eurosocialistas, como Soares, em Portugal; González, na Espanha, e Mitterrand, na França, dentre outros representantes que surgiam enquanto alternativas progressistas, sustentadas, em sua maioria, nos movimentos populares. Distintamente do esperado, os “euro-socialistas” acabaram por aderir às inúmeras medidas do neoliberalismo, postulando uma espécie de “social-democracia neoliberal”, também chamada de “terceira via”. Países como a Suécia, a Áustria e o Japão, no final dos anos 80 ainda resistiam ao neoliberalismo, mas eram uma minoria diante meio de tantas adesões aos ideais de Hayek.

Diferentemente das experiências europeias, a variante estadunidense do neoliberalismo teve sua prioridade ao militarismo, em detrimento da estabilidade monetária, priorizando a competição militar com a União Soviética e gerando enormes déficits nas contas norte-americanas. Reagan reduziu os impostos para as grandes rendas e elevou as taxas de juros, mas, por lançar-se em uma corrida armamentista, acabou por criar o maior déficit público da história dos EUA.

Na América Latina, o neoliberalismo surgiu enquanto filho de uma crise fiscal e de acumulação, implantando um capitalismo de Estado a serviço da acumulação privada nacional e estrangeira (SADER, 1995). Introduzidas a partir das inúmeras ditaduras militares do continente, com destaque para a experiência embrionária de Pinochet no Chile, as políticas neoliberais consolidaram-se nos territórios latino-americanos após a reabertura democrática, com governos como os de Collor e FHC no Brasil, Fujimori no Peru e Carlos Menem na Argentina. Distintamente dos casos do capitalismo central, a mistificação do programa neoliberal foi uma característica típica de sua vertente latino-

americana, sendo o cinismo programático o caminho para sua legitimidade na via eleitoral (NETTO, 1995).

Enquanto pilar constitutivo da nova agenda neoliberal, o Consenso de Washington foi resultado de uma série de debates e encontros ocorridos na capital estadunidense com amplo apoio de instituições como o FMI, a OMC e o Banco mundial. Teve seus documentos publicados em 1990, elencando uma espécie de “manual do desenvolvimento”, recomendado e respaldado internacionalmente pelos tentáculos imperialistas de Bretton Woods.

Impulsionado pela queda do Muro de Berlim, pela iminência da desintegração soviética e pelo louvor das teses do fim da história (ilustrada pelo famoso artigo de Fukuyama, “O fim da história?”), o Consenso de Washington reconhecia a economia enquanto uma ciência objetiva, sendo a fórmula do desenvolvimento uma espécie de receituário econômico. Na sua concepção, não existiram sociedades subdesenvolvidas, mas sim sociedades mal administradas. Nesse sentido, o Consenso apontou as medidas neoliberais como o caminho para o desenvolvimento das sociedades, impulsionando a prática do livre mercado e as aberturas ao capital estrangeiro enquanto predominantes para o sucesso de toda e qualquer economia.

A fabricação do Consenso marca a vitória do neoliberalismo no campo ideológico, tendo em vista a o paralelo desmantelamento dos países socialistas e das políticas de bem-estar, abrindo caminho para um novo ciclo capitalista, marcado pela desregulamentação econômica e pelos avanços do capital especulativo, em detrimento dos setores produtivos. No início dos anos 90, a dívida pública de quase todos os países do Ocidente reassumiu posições alarmantes, mesmo nos EUA e na Inglaterra, ao mesmo tempo em que as famílias e empresas se endividavam em larga escala. Entretanto, mesmo com esta situação crítica, o neoliberalismo ganhou novo alento no eleitorado da Europa, com vitórias na Inglaterra, França, Itália e Suécia, por exemplo, respaldando uma nova onda de privatizações em países como a Alemanha e a Itália, que durante bastante tempo resistiram a elas.

O avanço do neoliberalismo pelo mundo, fortalecido pelo impulso do Consenso de Washington e pela recente queda do Muro de Berlim e da URSS, resultaram em um número alarmante de privatizações, quedas de produção e o empobrecimento das populações de distintas nacionalidades. Em países como a Polônia, a Hungria e a

Lituânia, outrora ligadas ao campo soviético, as práticas não se distinguiram muito dos principais polos neoliberais: privatizações, hegemonia do capital financeiro, deflação e desmontagem de serviços públicos, mesmo que de forma mais lenta.

O neoliberalismo, em que pese sua plena hegemonia nos campos político e, principalmente, ideológico, fracassou no que tange a garantir o desenvolvimento econômico. O aumento dos lucros da burguesia foi garantido através da contenção sindical e da queda da inflação, porém este não significou um aumento dos investimentos, tendo em vista que a desregulamentação financeira levou a predominância do capital especulativo diante do capital produtivo, levando a um processo de desindustrialização, afetando principalmente as economias de capitalismo dependente. O capital migrou fortemente para o setor financeiro com a compra de títulos das dívidas dos Estados e das bolsas de valores, estabelecendo uma plena hegemonia especulativa (SADER, 2009).

O fenômeno da globalização, enquanto processo econômico, teve no neoliberalismo a sua ideologia oficial (FIGUEIREDO, 2004). A implantação das políticas neoliberais correspondeu às novas necessidades de acumulação de capital por parte da burguesia, conquista total êxito nessa tarefa, mas, como na visão de Emir Sader, sendo incapaz de criar as bases sociais de sua reprodução e legitimação. As dificuldades em consolidar um bloco e classes no poder advinham, em grande parte, da incapacidade em cooptar o contingente majoritário das classes médias, vítimas da informalização e do desemprego (SADER, 2009). O acirramento das contradições existentes no seio das políticas neoliberais acabou por abrir novos caminhos para os movimentos populares ao final da década de 1990, com uma espécie de “giro à esquerda” iniciado na América Latina a partir da eleição de Hugo Chávez¹ em 1998, com o surgimento de uma onda de governos progressistas no século XXI pleiteando a reconstrução das políticas sociais a partir do Estado. Apesar desse certo recuo do neoliberalismo *in natura*, é inegável o legado ideológico o qual logrou impor, ao alterar completamente os parâmetros não só das políticas econômicas, mas também de toda a lógica organizacional da sociedade:

¹ Para uma explicação detalhada do contexto da ascensão de Hugo Chávez na Venezuela ver: NOGARA, Tiago Soares; OLIVEIRA, Thiago Prestes de. “O MBR-200 e o enfrentamento prolongado ao neoliberalismo”. REBELA - Revista Brasileira de Estudos LatinoAmericanos, v. 7, p. 53-75, 2017.

A promoção do trabalho precário, forma majoritária de reprodução da vida de centenas de milhões de pessoas, foi a maior responsável por essa heterogeneidade das relações de trabalho, por esse panorama econômico e social no qual nunca tantos viveram do trabalho – homens e mulheres, negros, brancos, mestiços e índios, idosos e crianças –, sem que esse imenso caudal pudesse se transformar em força e capacidade organizativa para defender os direitos básicos desses milhões de trabalhadores. Essa fragmentação dificulta a capacidade de manifestação, de negociação, de apelo à Justiça, de construção de força política, assim como enfraquece a identificação com o mundo do trabalho e com a sua cultura. Como as identidades não permitem o vazio, acabam preenchidas por outras – nacionais, étnicas, de gênero, religiosas, esportivas –, que não se articulam e não dialogam com as identidades do mundo do trabalho embora continue a ocupar grande parte da energia, do tempo e da vida das pessoas, para simplesmente reproduzir suas condições de existência. (SADER, 2009, p.61)

As contrarreformas neoliberais

A atual conjuntura de crise econômica no Brasil, paralela a uma retomada completa de hegemonia política por parte das forças pró-neoliberalismo em 2016, propiciou uma oportunidade para serem desfechadas reformas há muito tempo ventiladas no Congresso Nacional, com destaque para a Reforma Trabalhista, já aprovada e em vigor, e a ainda prestes a ser votada Reforma da Previdência. Ambas as reformas citadas tendem a corroborar o cenário de precarização da atividade docente em geral, ao enfraquecerem os direitos trabalhistas e permitirem a maior proliferação do subemprego e das jornadas de trabalho a baixo custo. Além disso, o estado de exceção prolongado da educação pública em estados como o Rio Grande do Sul também amplia os efeitos da crise sobre os trabalhadores do setor educacional, com o parcelamento dos salários dos servidores públicos e as péssimas condições de trabalho agravando um contexto de prolongada agonia daqueles que vivem do trabalho educacional. A seguir, veremos os principais pontos das “contrarreformas” em curso, para posteriormente contextualizá-las no ambiente escolar e nos seus efeitos sobre a prática docente.

a) A reforma trabalhista

Aprovada em 13 de julho de 2017, a Reforma Trabalhista entrou em vigor no dia 11 de novembro do mesmo ano, inaugurando uma nova fase das relações de trabalho no país. Mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foram alterados, retirando direitos históricos dos trabalhadores brasileiros, em prol de uma política que visaria, ao menos no discurso, facilitar a atração de capitais e a geração de empregos no país. Com o texto da reforma, foram criadas pelo menos duas novas modalidades de

contratação: a de trabalho intermitente, por jornada ou hora de serviço, e o chamado teletrabalho, que regulamenta o *home office*. Listamos, em seguida, algumas das principais modificações:

Com a reforma, abriu-se a possibilidade de que as negociações diretas entre trabalhadores e empresas prevaleçam sobre a legislação trabalhista, consagrando a preponderância do “acordado” sobre o “legislado”. Desta forma, questões referentes ao parcelamento de férias, jornada de trabalho, reduções saláris e banco de horas poderão ser negociadas em detrimento da lei, ainda que com limites pré-estabelecidos, como o limite de jornada de trabalho de até 12 horas por dia e 48 horas por semana, com a jornada de 12 horas apenas podendo ser realizada quando seguida por 36 horas de descanso. Questões referentes ao FGTS, o salário mínimo, o 13º e as férias proporcionais não se enquadram nessa prevalência do “acordado”, seguindo estritamente a lei.

A regulamentação do *home office* indica a necessidade de um contrato individual de trabalho que especifique as atividades realizadas pelo empregado, de forma a fixar a responsabilidade do empregador quanto à aquisição, manutenção e fornecimento de equipamentos que permitam ao empregado o desempenho da atividade, sem que estas despesas integrem a remuneração do trabalhador. O trabalho intermitente permite que o empregado seja pago somente pelas horas de serviço de fato prestadas, com a empresa devendo solicitar ou alertar o empregado do serviço com no mínimo cinco dias de antecedência.

Referente à terceirização - que teve, em março de 2017, sancionada por Michel Temer uma lei que a permitiu para todas as atividades (inclusive as atividades-fim) das empresas -, a reforma cria uma quarentena que impede que o empregador demita um trabalhador efetivo para contratá-lo como terceirizado em menos de 18 meses. A reforma também garante que o trabalhador terceirizado tenha as mesmas condições de trabalho dos efetivos de uma mesma empresa (ambulatório, alimentação, segurança, transporte, capacitação, equipamentos).

Quanto às horas extras, a reforma determina como regime de tempo parcial aquele cuja duração não passe de 30 horas semanais, contrastando com as 25 horas semanais anteriormente determinadas pela CLT. Por fim, a reforma acaba com a contribuição sindical obrigatória, enfraquecendo a estrutura dos sindicatos brasileiros.

Muitos dos pressupostos da reforma encaixam-se nos históricos pilares das políticas neoliberais, que como vimos anteriormente sempre tiveram na flexibilização das leis trabalhistas e no combate às políticas sindicalistas um de seus principais eixos de construção. Ao reafirmar a lógica de o negociado valer mais que o legislado, de legalização do trabalho intermitente, de aumento das jornadas de trabalho a baixo custo e de avanço da terceirização, a reforma trabalhista agrava o contexto de precarização das relações de trabalho já característico da era neoliberal. Parte deste aprofundamento das relações precárias pode ser percebida nas palavras do professor Ricardo Antunes²:

A reforma trabalhista desmonta a espinha dorsal da CLT. É como se você fizesse um decreto que diz que a partir de agora fica revogada a CLT e os trabalhadores e as trabalhadoras poderão negociar com as suas empresas se querem jornada de dez, doze, catorze horas para reduzir o desemprego, se querem reduzir o salário pra não perder o emprego... Você pode imaginar que em um contexto de crise econômica profunda, com desemprego oficial de mais de 14 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, se acrescentarmos o subemprego, o emprego por desalento, entre outros exemplos, podemos dobrar esse volume sem muita dificuldade. Isso significa que, em uma situação de profunda crise, os trabalhadores, entre reduzir direitos e preservar o emprego, aceitarão reduzir direitos. Isso significa fazer cair por terra a legislação protetora existente. É isso o que significa o negociado se sobrepor ao legislado. O negociado deveria existir para ampliar direitos, da CLT pra cima. O negociado não poderia existir da CLT pra baixo, porque aí você pode eliminar direitos. É uma contrarreforma que, em nome da modernização, faz com que o trabalho sofra uma regressão para os níveis de exploração, intensificação, desregulamentação, existentes no século XIX, na época da luta da classe trabalhadora nas primeiras décadas da revolução industrial. (ANTUNES, 2017)

b) O Projeto Escola Sem Partido

O “Projeto Escola Sem Partido” (PLS 193/2016, PL 1411/2015 e PL 867/2015) pauta-se pela restrição da “discussão ideológica” no ambiente escolar, alegando ser necessário que este se restrinja aos conteúdos de ensino, sob a égide da neutralidade do conhecimento. Segundo a professora de filosofia Luiza Coppieters³, o movimento Escola Sem Partido está diretamente relacionado ao projeto neoliberal de privatização

² “ADENTRAMOS A UMA ERA DE LUTA DE CLASSES ABERTA NO BRASIL” – ENTREVISTA COM O SOCIÓLOGO RICARDO ANTUNES. *Jornalismo B*. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2017/07/11/adentramos-a-uma-era-de-luta-de-classes-aberta-no-brasil-entrevista-com-o-sociologo-ricardo-antunes/>> Acesso em: 22/12/2017.

³ “ESCOLA SEM PARTIDO DIFICILMENTE SERÁ LEI, MAS ESTÁ CONSOLIDADA”, DIZ DANIEL CARA”. *Rede Brasil Atual*. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/11/escola-sem-partido-difícilmente-sera-lei-mas-esta-consolidada-na-sociedade-diz-daniel-cara-2842.html>>. Acesso em: 22/12/2017.

da educação, tendo em vista que visa, por detrás do discurso da “neutralidade”, instituir a racionalidade empreendedora no âmbito escolar, afastando os debates e as reflexões do ambiente educacional em nome de estratégias empresariais para gestão da escola.

Os defensores do projeto Escola Sem Partido costumam enfatizar as atitudes “doutrinadoras” de militantes de organizações política de esquerda no ambiente escolar, apregoando a adoção da neutralidade como central para o desenvolvimento da educação em nosso país. Exatamente por não conseguir determinar o que seria um conhecimento “neutro” e um “político” o projeto abre margens para uma verdadeira cruzada contra o ensino de questões candentes de nossa sociedade, afetando em especial professores de ciências humanas, que inevitavelmente abordam temas sensíveis, de enorme contextualização política, em suas aulas.

Os próprios componentes da base de sustentação política do Escola Sem Partido demonstram, de certa forma, a contradição do argumento central da proposta, dentre os quais se encontram deputados, vereadores e candidatos de partidos como o PMDB, PSDB, PMN, PSC, DEM, Solidariedade, PRTB, PP, PTN e PV, além de apoiadores como Beatriz Kicis, Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino. Em seu portal virtual oficial (www.escolasempartido.org), o Escola Sem Partido elenca como suas principais bandeiras de luta a “descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas”, além do “respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes”.

c) A reforma do Ensino Médio

Instituída pela Medida Provisória 746/2016, de autoria do presidente Michel Temer, a “Reforma do Ensino Médio” foi apresentada dentro do contexto de turbulência política e imposição de reformas neoliberais no Brasil, reforçando uma orientação tecnicista e produtivista da escola pública, paralelamente ao alinhamento com medidas referentes às relações capital/trabalho, como a terceirização e a diluição dos direitos trabalhistas. A seguir, constam alguns de seus principais pontos:

Promove alterações na estrutura do ensino médio, última etapa da educação básica, por meio da criação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Amplia a carga horária mínima anual do ensino médio, progressivamente, para 1.400 horas. Determina que o ensino de língua portuguesa e matemática serão obrigatórios nos três anos do ensino médio. Restringe a obrigatoriedade do ensino da arte e da educação física à educação infantil e ao ensino fundamental, tornando as facultativas no ensino médio. Torna obrigatório o ensino da língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental e nos currículos do ensino médio,

facultando neste, o oferecimento de outros idiomas, preferencialmente o espanhol. Permite que conteúdos cursados no ensino médio sejam aproveitados no ensino superior. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC e por itinerários formativos específicos definidos em cada sistema de ensino e com ênfase nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional. Dá autonomia aos sistemas de ensino para definir a organização das áreas de conhecimento, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na BNCC. (CONGRESSO NACIONAL, 2016)

Dentre as modificações mais destacadas, consta a reformulação do currículo escolar, com 60% da grade curricular passando a ser composta por disciplinas obrigatórias, com os 40% restantes sendo compostos por disciplinas optativas. Dessa forma, em meio ao curso o estudante optará por umas das cinco áreas do conhecimento para se especializar, dentre as de linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas ou formação técnica profissional. Ainda que apareça em um plano secundário, a retirada de disciplinas obrigatórias da grade curricular, bem como a abertura de contratações de profissionais com “notório saber”, amplia o cenário de precarização da atividade docente, reforçando a institucionalização do “bico” como nova fase das relações de trabalho em nosso país:

Segundo a Reforma, relativamente à carreira docente, abre-se a possibilidade de contratação de “profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação”, o que contrariou o artigo 62 da LDB (Lei nº9394/96) e reforçou a possibilidade de que a profissão docente se constitua para alguns naquilo que vulgarmente chamamos de ‘bico’ – um fenômeno que já existe dado o grau de precarização das escolas e da profissão – uma vez que outros profissionais poderão lecionar sem nunca terem frequentado cursos de formação docente. Também destacamos o fim da exigência legal de licenciatura plena, etapa de formação necessária para o pleno exercício da docência, possibilitando a volta das chamadas ‘licenciaturas curtas’ que do nosso ponto de vista possibilita um rebaixamento no processo de formação profissional docente na medida em que ocorre de forma mais aligeirada, refletindo-se conseqüentemente na qualidade do ensino oferecido às próximas gerações de alunos das escolas públicas num futuro não muito distante. (DUARTE; DERISSO, 2017)

d) A reforma da previdência

A proposta de reforma da previdência possui como principal eixo de modificação o aumento da idade mínima de aposentadoria para 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, alegando a existência de um “déficit”, ou “rombo”, nas finanças públicas. Ainda pendente de aprovação no Congresso Nacional, a proposta tem pautado

o cotidiano político do país, com sua votação tendendo a ser realizada após as eleições de 2018.

Chama atenção o fato de regiões como o Norte e o Nordeste terem expectativas de vida de suas populações abaixo dos 65 anos, o que demonstra de forma veemente o descalabro da proposta de reforma, que aprofunda a lógica do Estado mínimo para os direitos sociais e do Estado máximo para garantir a acumulação de riquezas de grupos diminutos, intrínseca à filosofia neoliberal. As palavras de Ruy Braga⁴, em entrevista para o sítio Rede Brasil Atual, demonstram bem as características da reforma proposta:

É totalmente irreal. Você não vai encontrar ninguém com 49 anos de contribuição entre aqueles que ganham até dois salários-mínimos. Hoje, o trabalhador perde o emprego, vai pra informalidade, fica alguns anos e volta para o mercado formal. Isso é a regra do mercado de trabalho brasileiro, ou seja, um jogo de sobrevivência que os setores populares conhecem bem. Evidentemente que isso jamais somará 49 anos. (BRAGA, 2016)

Neoliberalismo e precarização do trabalho docente

No âmbito da educação, o “remédio” proposto pelos ideólogos neoliberais é baseado na premissa de que os problemas da educação se deveriam a uma má administração, logo, a implantação de mecanismos de mercados serviria para estimular a competição e, por consequência, a eficiência, melhorando consideravelmente a qualidade do “produto” educacional (SILVA, 1994). Mais do que uma mera proposta de “privatização”, o projeto neoliberal para a educação visa modificar a própria racionalidade e sentido de existência da escola, agudizando sua função de mera reprodutora de força de trabalho:

Embora se tenha usado a palavra ‘privatização’ para caracterizar as propostas de reestruturação educacional neoliberais, ela é inapropriada porque não se trata apenas de privatizar – isto é, de entregar a educação à iniciativa privada – mas de fazer a educação pública funcionar à semelhança do mercado, algo um tanto diferente. Assim, a ideia é que a educação não seja financiada diretamente pelo Estado, mas que o Estado repasse aos pais (redefinidos como consumidores) uma determinada quantia (supostamente calculada de acordo com um custo ótimo), os quais então escolheriam, no mercado, a

⁴ “REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE TEMER APROFUNDA A DESIGUALDADE”. Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/a-reforma-da-previdencia-de-temer-aprofunda-a-desigualdade>>. Acesso em: 22/12/2017

escola que mais conviria a seus filhos. É o esquema do *voucher* (bônus). Na retórica neoliberal, isso faria com que as escolas tendessem à eficiência ao competirem no ‘mercado’ pelo dinheiro dos ‘consumidores’. Os pais e crianças menos privilegiados também se beneficiariam num tal esquema: dispendo do dinheiro, dado através do bônus, buscariam a melhor escola para si. ‘Mercado’, ‘escolha’, ‘direitos do consumidor’, são, portanto, conceitos e termos-chave nessa visão neoliberal da educação. (SILVA, 1994, p.23)

Esta reformulação, baseada nos preceitos neoliberais, ataca a escola a partir de uma série de estratégias privatizantes, através da aplicação de uma política de descentralização autoritária e, paralelamente, via política de reforma cultural que visa apagar do horizonte de nossas sociedades a perspectiva de uma educação pública e de qualidade para as maiorias (GENTILLI, 1995). A mercantilização da educação, responsável por impor uma nova cultura ao ambiente educacional, surge assim como centro na estratégia de garantir o consenso social acerca do projeto neoliberal, ao despolitizar completamente o sentido da educação e corroborar a manutenção de uma ordem social pautada pela exclusão. Seguindo esta lógica, não apenas as escolas, mas também o ensino superior passa a ser diretamente afetado pela nova estratégia imperante:

Ao lado desse processo de mercantilização da educação, há uma forte pressão para que as escolas e as universidades se voltem para as necessidades estreitas da indústria e do comércio. Parte-se aqui de uma crítica da educação institucional existente como ineficiente, inadequada e anacrônica, em relação às exigências do trabalho nos setores da indústria, do comércio e dos serviços. De novo, não se pode discordar essencialmente da descrição que se faz da educação existente. O problema está na referência que se toma para avaliar o estado da educação atual e nas conseqüentes soluções que são propostas. Nossa descrição das misérias do sistema educacional pode coincidir com a descrição neoliberal, mas ter um ponto de referência diferente faz uma enorme diferença. Na visão neoliberal, o ponto de referência para condenar a escola atual não são as necessidades das pessoas e dos grupos envolvidos, sobretudo aqueles que mais sofrem com as desigualdades existentes, mas as necessidades de competitividade e lucro das empresas. Como conseqüência, as soluções propostas pela visão empresarial tendem a amarrar a reestruturação do sistema educacional às estreitas necessidades de treinamento da indústria e do comércio. O esquema básico proposto é o de estreita preparação para o local de trabalho. Adotar uma perspectiva diferente não significa negar a importância da preparação para o trabalho, mas colocar essa preparação num quadro que leve em consideração principalmente as necessidades e interesses das pessoas e grupos envolvidos – sobretudo aqueles já prejudicados pelos presentes esquemas – e não as especificações e exigências do capital. De novo, isso faz uma grande diferença. (SILVA, 1994, p.25)

O aprofundamento da inclinação do ambiente educacional aos ditames do mercado ocorre paralelamente ao já citado processo de desregulamentação dos direitos

trabalhistas e do desmonte das estruturas sindicais, com os docentes passando a enfrentar momentos de extrema fragilidade no cotidiano de suas relações de trabalho. Situações precárias de trabalho passam a ser veementemente legalizadas, como nos casos do trabalho eventual e temporário, assim como a subcontratação de funcionários de apoio pedagógico e administrativo (SOUZA, 2013). O completo desmonte do aparato estatal, implodindo a estabilidade do funcionalismo público e deteriorando a estrutura dos serviços públicos, agudiza a já difícil situação professores frente aos descomunais desafios que surgem em seus horizontes:

Os professores são confrontados com exigências cada vez maiores em seu trabalho: resistência crescente de estudantes à forma escolar e chegada de novos públicos escolares com relações diversificadas com os saberes escolares; adoção de políticas compensatórias, fundadas na discriminação positiva (classes de aceleração de aprendizagem, promoção automática); desenvolvimento de dispositivos pedagógicos mais individualizados para tratar as diferenças e a heterogeneidade crescente dos estudantes, ao mesmo tempo em que se recorre a avaliações nacionais durante o processo de escolarização dos estudantes; reforço da autonomia da escola e sua aproximação com o entorno social e econômico ('parcerias' com empresas); submissão da escola e de seus professores à injunção de responsabilização, racionalização de práticas e avaliação de resultados; contratualização dos objetivos educativos e desenvolvimento do gerencialismo participativo (planos políticos de gestão, planos diretores e equipes gestoras são alguns exemplos); individualização das carreiras dos professores (por avaliação de mérito e pagamento de bônus; degradação dos salários e desvalorização social da profissão. (SOUZA, 2013, p. 226)

No Brasil, a modernização dos sistemas escolares gera um processo de racionalização técnica, que submete as escolas integralmente aos critérios da eficácia e da rentabilidade, acompanhadas pelo aprofundamento dos movimentos de individualização e do conseqüente enfraquecimento das construções coletivas. Os professores, já afetados pelas condições precárias que encontram tanto no ambiente de trabalho quanto na própria remuneração – que além de contemplar baixos valores tem sofrido os repetidos parcelamentos dos salários de servidores públicos -, passam a ser responsabilizados pelos resultados do processo educacional, com setores da mídia difundindo um discurso no qual o docente aparece como um privilegiado, que ensina pouco, trabalha pouco, falta muito ao emprego, etc. (SOUZA, 2013).

Considerações finais

O presente trabalho apresentou um histórico do surgimento e desenvolvimento do “neoliberalismo”, expondo algumas de suas variações e destacando seu impacto sobre amplos setores da sociedade global. O destaque específico da pauta neoliberal no âmbito da educação surge no sentido de contribuir para a capacidade dos leitores relacionarem as informações aqui apresentadas com o atual contexto de desmonte da educação pública em nosso país, com o acirramento dos parcelamentos de salários, o prolongamento de uma espécie de “Estado de exceção” no Ensino Básico público e a emergência das reformas trabalhistas e da previdência, demonstrando com veemência a atualidade das políticas neoliberais.

O conjunto das reformas elencadas, combinado com os históricos problemas que afetam diretamente os profissionais da educação, constitui um cenário no qual o docente encontra-se no olho do furacão dos trabalhadores afetados pela crise imperante no país. A conjunção da flexibilização das relações de trabalho, da criação de um imenso exército industrial de reserva e a implosão da estabilidade de grande parte do funcionalismo público geram um cenário de imensa imprevisibilidade, no qual sem dúvidas a categoria docente e a educação passam a ter suas condições cotidianas ainda mais deterioradas. Esta situação conflui com um momento crítico do país, no qual cada vez mais diminuem as oportunidades de postos de trabalho, com o retrocesso econômico e social acentuando as incertezas de uma carreira profissional já marcada mais por interrogações do que certezas.

Referências

“ADENTRAMOS A UMA ERA DE LUTA DE CLASSES ABERTA NO BRASIL” – ENTREVISTA COM O SOCIÓLOGO RICARDO ANTUNES. *Jornalismo B*. Disponível em: <<http://jornalismob.com/2017/07/11/adentramos-a-uma-era-de-luta-de-classes-aberta-no-brasil-entrevista-com-o-sociologo-ricardo-antunes/>> Acesso em: 22/12/2017.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

BORON, Atílio. **O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?** São Paulo; Expressão Popular, 2010.

CALVOCORESSI, Peter. **A política mundial a partir de 1945.** Porto Alegre: Penso, 2011.

DUARTE, Rita de Cássia; DERISSO, José Luis. “A reforma neoliberal do Ensino Médio e a gradual descaracterização da escola”. In: **Revista Germinal**, v.9, n.2, p. 132-141, ago. 2017.

‘ESCOLA SEM PARTIDO DIFICILMENTE SERÁ LEI, MAS ESTÁ CONSOLIDADA, DIZ DANIEL CARA. Rede Brasil Atual. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/11/escola-sem-partido-dificilmente-sera-lei-mas-esta-consolidada-na-sociedade-diz-daniel-cara-2842.html>>. Acesso em: 22/12/2017.

ESCOLAS SEM PARTIDO: A ESTRATÉGIA PARA CALAR A EDUCAÇÃO. Carta Capital. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-estrategia-golpista-para-calar-a-educacao>>. Acesso em: 22/12/2017.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. “Globalização, neoliberalismo e a estratégia do poder: os jogos não estão feitos”. In: DOS SANTOS, Theotonio (coord.) **Globalização: dimensões e alternativas.** São Paulo; Edições Loyola, 2004.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 456, DE 2016 (REFORMULAÇÃO DO ENSINO MÉDIO). Congresso Nacional. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>>. Acesso em: 22/12/2017.

NETTO, José Paulo. “Repensando o balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

NOGARA, Tiago Soares; OLIVEIRA, Thiago Prestes de. “O MBR-200 e o enfrentamento prolongado ao neoliberalismo”. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos LatinoAmericanos**, v. 7, p. 53-75, 2017.

“REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE TEMER APROFUNDA A DESIGUALDADE”. Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/a-reforma-da-previdencia-de-temer-aprofunda-a-desigualdade>>. Acesso em: 22/12/2017.

TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA

REFORMA DO ENSINO MÉDIO É APROVADA NO SENADO. El País. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/14/politica/1481746019_681948.html>. Acesso em 22/12/2017.

REFORMA TRABALHISTA: ENTENDA O QUE MUDA PARA O TRABALHADOR. Carta Capital. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/reforma-trabalhista-entenda-o-que-muda-para-o-trabalhador>>. Acesso em: 22/12/2017.

SADER, Emir. “A hegemonia neoliberal na América Latina”. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SADER, Emir. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A ‘nova’ direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia”. In: GENTILI, Pablo; DA SILVA, Tomaz Tadeu. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

SOUZA, Aparecida Neri de. “Professores, modernização e precarização”. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

THERBORN, Goran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida. A dívida externa do Terceiro Mundo. As finanças contra os povos**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2004.

Recebido em: 28 de julho de 2018

Aprovado em: 24 de outubro de 2018